



Em busca da identidade perdida: o vaso grego arcaico de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal)

In search of a lost identity: the Archaic Greek vase from Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal)

O presente artigo dá destaque a um vaso singular e de origem um pouco obscura procedente do estabelecimento fenício de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) e integrado no acervo do Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa). Avança-se com uma nova proposta de vinculação cultural para esta peça, desta feita ao repertório grego oriental - interpretação esta que coloca o exemplar português retratado na posição de derradeiro membro da restrita lista deste tipo de recipientes no extremo Ocidente. A análise apresentada pretende antes de mais contribuir para o reforço do conhecimento e divulgação daquele que é tido como o último sítio orientalizante da fachada atlântica - Santa Olaia. Numa esfera mais ampla promete estimular o debate sobre o tema da difusão e circulação da cerâmica grega arcaica no território ocidental, particularmente na Península Ibérica.

Palavras-chave: Cerâmica grega; I Idade do Ferro; Jónia; Fenícios; Santa Olaia.

The current article focuses on a singular vase from a poorly known context of the Phoenician settlement of Santa Olaia (Figueira da Foz) housed in the Archaeological Museum of Carmo (Lisbon). The study presents a new approach to the cultural background of the vessel, notably its connection to Eastern Greek models. This makes this Portuguese vase the westernmost known case of this type. The current analysis intends first of all to reinforce and diffuse knowledge of Santa Olaia, a site thought to be the furthestmost orientalisising settlement of the Atlantic coastline. At a broader level, this study intends to stimulate the debate on the diffusion and circulation of Archaic Greek pottery in the western territories, particularly in the Iberian Peninsula.

Keywords: Greek pottery; Early Iron Age; Ionia; Phoenicians; Santa Olaia.



Figura 1. Localização de Santa Olaia no território peninsular (base cartográfica: José L. Madeira).

Um percurso singular: biografia do achado da peça

Começando pelo fim, em 2019, por ocasião da exposição temporária — *Santos Rocha, Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz* — patente no Museu Municipal Santos Rocha (Figueira da Foz), o vaso cerâmico alvo deste estudo, atribuído a Santa Olaia e pertencente ao Museu Arqueológico do Carmo [MAC] em Lisboa, rumou a norte para integrar, por cedência temporária, a referida mostra comemorativa dos 125 anos da fundação do Museu. Aí tivemos oportunidade de efetuar o seu registo gráfico e apreciar a sua peculiar fisionomia formal e figurativa, que, não obstante ser de domínio público (Gamito 2005), parece ter passado um pouco despercebida e nos suscitou uma nova apreciação.

Surpreende, antes de mais, o notável estado de conservação da vasilha, praticamente intacta (exceção ligeira fratura no bordo e ombro) — caso insólito, refira-se, no conjunto do espólio da estação.

Mas não menos singulares se revelam os contornos da sua história recente. E singulares na dupla aceção do termo: no sentido em que se configura, incontestavelmente, como um achado inusitado, in-

sólito, incomum, bem como num segundo sentido ao figurar em exposição no histórico museu como único objeto de Santa Olaia (figura 1). Com efeito, o desconhecimento dos pormenores da sua trajetória moderna, enquanto objeto de valor arqueológico, reforça, por assim dizer, o pendor enigmático da peça.

Segundo Gamito (2005) foi oferecida a Possidónio da Silva (1806-1896), presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (fundada em 1863), sendo por sua mão integrada na coleção do então recém-criado Museu Archeologico do Carmo (1864), afeto àquela instituição, onde se mantém. Note-se que, como observa Ana Cristina Martins, a análise do catálogo publicado em 1891, permitiu constatar que “a esmagadora maioria dos objetos expostos no MAC ao longo do século XIX pertencia ao espólio particular de Possidónio da Silva...” (Martins 2003: 162).

Com efeito, na segunda edição do catálogo da exposição do pioneiro museu de arqueologia a peça figura, sob o número de inventário 2473, com a seguinte descrição: “Antiga almotolia d’argila, achada na estrada da Figueira, perto da ermida de Santa Eulalia, em 1872: oferecida pelo sr. J. C. Everard” (1892: 83). O autor da oferta, não será outro senão o engenheiro de

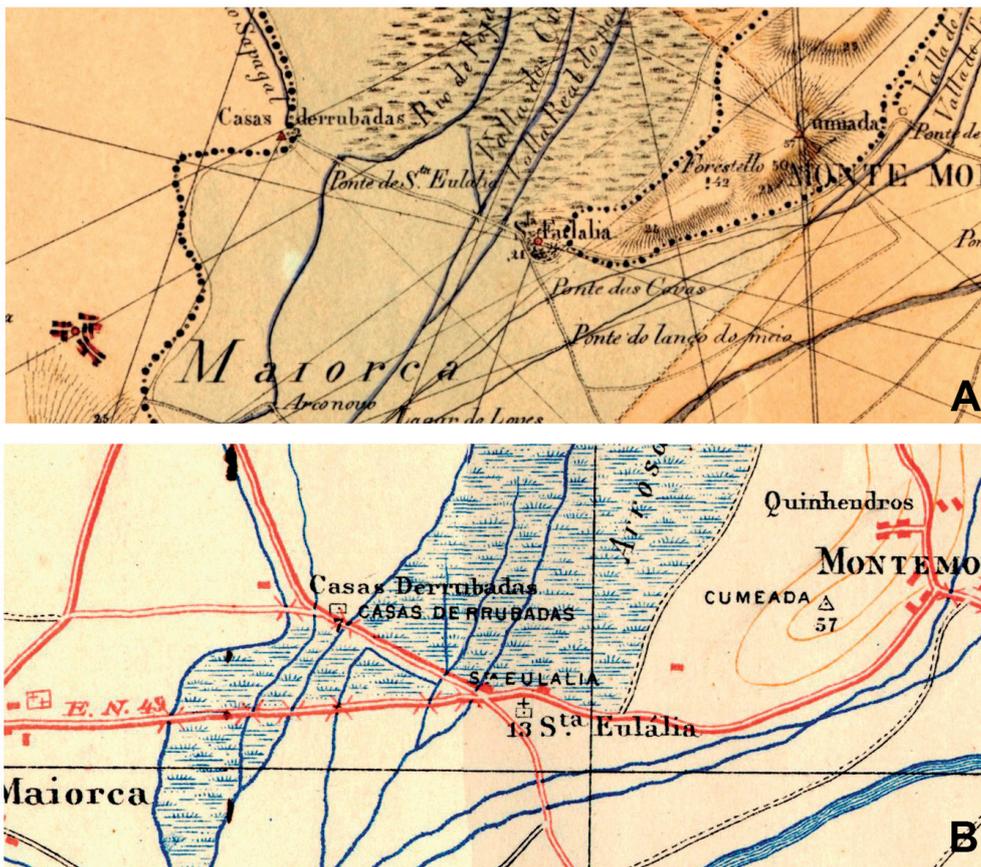


Figura 2. A: excerto da Planta Provisória dos Campos Inundados do Mondego, de F. Folque, de 1858. B: excerto da folha n.º 12 C da Carta de Portugal (1: 50000), ampliada e retificada em 1901 e publicada em 1917.

Obras Públicas: 1.º tenente da Armada José Carlos de Lara Everard (1823-1874) (*O Progressista* de 7 de Dezembro de 1846, Silva 2009: 184).

Permanecem, contudo, por desvendar os contornos que envolvem a exumação do recipiente, nomeadamente o contexto e local exato do achado e em que circunstâncias terá chegado a J. C. Everard. A este respeito alguns factos agora redescobertos ligados à história recente do sítio perfilam-se, com grande dose de probabilidade, como circunstancialmente conectáveis com a descoberta do artefacto, embora seja impossível determinar com rigor o sítio preciso de achado. Ora, em 1869, na “Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia”, promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra, onde se exibiram publicamente, talvez pela primeira vez em Coimbra, materiais arqueológicos (Vilaça 2020: 282), “Santa Eulalia” esteve presente através de “louças, ossos de animais, armas de pedra e de bronze” levados por Adolpho Ferreira de Loureiro (1836-1911), recolhidos aquando da abertura de um corte para a estrada de Coimbra à Figueira (*O Conimbricense* de 3 de Julho de 1869: 3; Exposição 1869: 208). Ainda de acordo com a notícia, acompanhava os objetos uma planta do terreno onde estes foram encontrados elaborada por A. F. Loureiro. Dos materiais e da planta noticiados desconhece-se o rasto.

A fazer fé na informação relativa às datas destes achados (1869) e do vaso em análise (1872),¹ parece que estaremos perante dois acontecimentos muito próximos no tempo e no espaço (a base do outeiro de Santa Olaia) despoletados pela realização de uma intervenção de vulto na estrada entre Coimbra e a Figueira da Foz. Esta obra corresponderá, tudo indica, a uma alteração do traçado da via que passará a contornar o promontório de Santa Eulália pela vertente setentrional. Desconhecemos a data exata, duração e direção técnica da referida obra pública. No entanto, alguns elementos correlativos a este processo ajudam a demarcar temporalmente o caso e a projetar cenários conjeturais.

Note-se que num mapa de Portugal de 1866 (três anos antes da Exposição de Coimbra) ainda se mantém o primitivo caminho registado na carta de 1858 que ladeava o morro pelo lado sul (figura 2 A). E só em 1901 se documenta cartograficamente o novo traçado (figura 2 B), coincidente com a planta esquemática apresentada em 1908 por Santos Rocha (1971, fig. 2-Planta II). Este, que virá a ser o grande

1. Não será de descartar a possibilidade da referência a 1872, atribuída à recolha, corresponder na realidade à data de oferta da peça a Possidónio da Silva, o que a poderia aproximar mais da recolha realizada por Adolpho F. Loureiro.

patrono dos trabalhos arqueológicos em Santa Olaia (iniciados presumivelmente em 1892), teria apenas 16 anos aquando das descobertas citadas (Vilaça 2020: 282, nota 3), não tendo testemunhado os referidos trabalhos. Deles tomará conhecimento indireto por intermédio de “pessoas que conheceram bem o local antes da construção da estrada e de outras que trabalharam nesta obra”, referindo a propósito dos seus efeitos no outeiro que a “estrada pública cortou-lhe toda a encosta setentrional; e para os aterros da mesma estrada foi-lhe também cortada uma porção do lado oriental” (Rocha 1971: 22 e 21).

A janela temporal de pós 1866 e *ante* 1892, consente, portanto, que as recolhas de 1869/1872 decorram, efetivamente, da referida empreitada pública (figuras 2 B e 8) à qual se somaram sucessivos episódios de destruição (Almeida e Vilaça 2020: 1500). Para mais, a isso convida o perfil biográfico dos protagonistas dos achados. De rasto biográfico mais discreto encontramos, em meados do séc. XIX, José C. de Lara Everard estabelecido em Coimbra (Relação 1847: 46). Aí integra como engenheiro o Ministério das Obras Públicas, acompanhando entre outras as obras da futura “Estrada da Beira”. Quanto a Adolfo F. Loureiro, entra como militar no Ministério das Obras Públicas em 1860. Em 1863 era responsável pelas bacias hidrográficas dos rios Mondego, Vouga e Lis (Carvalheira 1914: 110), assumindo em 1872 a Direção das obras do Mondego e do Distrito de Coimbra (Oliveira 2003: 5 e 6). Quando da sua morte era presidente da Associação de Arqueólogos Portugueses (AAP), sociedade que tutela na viragem republicana, ocorrida em 1910 (Faria 1937: 40, Custódio 2013).

A linha temporal dos eventos citados dá-nos, então, os dois engenheiros militares, em finais da década de 60 do séc. XIX, ao serviço do Ministério das Obras Públicas na região de Coimbra, um dos quais (AFL) como dirigente. O acesso de Adolfo F. Loureiro aos despojos arqueológicos dar-se-á, manifestamente, no quadro da condução das obras no Mondego. Já a valorização daqueles (no contexto da Exposição de 1869) compagina-se com um espírito cultivado, frequentador de diversas sociedades científicas como a AAP, a Academia das Ciências de Lisboa e o Instituto de Coimbra (Carvalheira 1914: 111). No caso de José C. de Lara Everard é admissível a sua participação na referida empreitada da estrada de Coimbra à Figueira, sensivelmente na mesma altura em que dá apoio à construção da estrada da Beira. Quanto à sua ligação à AAP é desconhecida, não constando da lista de sócios da mesma (Faria 1937). Ou, em alternativa igualmente plausível, mas menos provável, podemos imaginá-lo como mero portador da peça, recolhida, selecionada e remetida por Adolfo F. Loureiro à casa que virá no futuro a presidir. Sublinhe-se que, então (1869/1872), não havia alternativa institucional ao Museu Archeologico do Carmo, pois nem o Museu do Instituto de Coimbra nem o Museu da Figueira tinham sido criados, o que só aconteceria, respetivamente, em 1873 e 1894.

De momento, são, pois, estes os factos conhecidos ou admissíveis reportáveis à descoberta do recipiente e que ajudam a compreender as peculiares circunstân-

cias do seu resgate, percurso e segunda vida, agora numa dimensão museológica.

O vaso de Santa Olaia: características e afinidades

O vaso de corpo oblongo ou ovoide mede 24 cm de altura por 16,5 cm de diâmetro máximo do bojo. O bojo de formato elíptico assenta em base “tipo bolacha”, quase plana (com ligeiro desvão), com 8, 7 cm de diâmetro e é estrangulado por colo curto e curvo rematado em bordo simples, extrovertido e lábio boleado (5,5 cm de diâmetro). A forma (ligeiramente inclinada para a direita) é armada de asa de secção oval sobre o ombro. Montada a torno, possui pasta beije (Munsell 7/2 10YR *light gray*), compacta, resistente e depurada sendo possível identificar a inclusão de grãos de calcite de pequeno calibre. A superfície, revestida com fina aguada esbranquiçada (Munsell 7/1 10YR *light gray*), encontra-se significativamente erodida, conservando em alguma extensão o polimento original. Ostenta vestígios de pintura a castanho escuro (Munsell 2.5/1 5Y *black*). Nalgumas zonas (colo e ombro) a pintura assume um tom laranja (Munsell 4/3 10YR *brown*), que poderá resultar do desvanecimento de uma cor única, mais escura. A decoração é aplicada no bordo, colo, bojo e asa e é constituída por bandas horizontais, com exceção de pelo menos uma faixa vertical ao longo da asa e da linha ondulada sobre o ombro. O desgaste superficial patente e as concreções concentradas nalguns pontos (especialmente na zona da asa) dificultam o reconhecimento integral dos motivos pintados, sendo provável que outros elementos atualmente impercetíveis constassem da composição original (figuras 3 e 4).

O formato e gramática decorativa deste contentor de líquidos remetem para o repertório grego de Este, identificando-se morfologicamente com alguns tipos de jarros e *lekythoi* presentes naquele universo de referência. Neste caso concreto, o desenho da asa, fixada abaixo do colo, enquadra-o tipologicamente no formato de jarro anterior à generalização dos *lekythoi* áticos na baixela helénica a partir de meados do primeiro milénio a.C. (García Alfonso 2018: 227). No entanto, não é de estranhar na literatura o uso equivalente dos termos jarro, *lekythos* e *olpe* para a mesma forma.

No contexto da Península Ibérica, o conjunto de vasos gregos arcaicos a que se vem somar este exemplar é manifestamente circunscrito, muito embora bem documentado nalgumas zonas, particularmente na área costeira meridional, oriental e baleares (v. Rouillard 1978 e 1991; Domínguez e Sánchez 2000; Cabrera e Santos 2001; González Canales *et al.* 2004, 2006 e 2008; Arancibia Román *et al.* 2011). Dentro dos indivíduos morfologicamente mais próximos da peça portuguesa destaca-se, pelo seu protagonismo, o vaso anforoide de Coria del Río. Refira-se que parte substancial dos paralelos elencados para o vaso de Santa Olaia foram justamente colhidos no mais recente trabalho de vulto sobre esta peça (García Alfonso 2018) a qual inspirou em grande medida o presente texto. Este artefacto, que tem feito correr muita tinta a respeito da sua classificação, partilha



Figura 3. Fotografia do jarro grego de Santa Olaia.

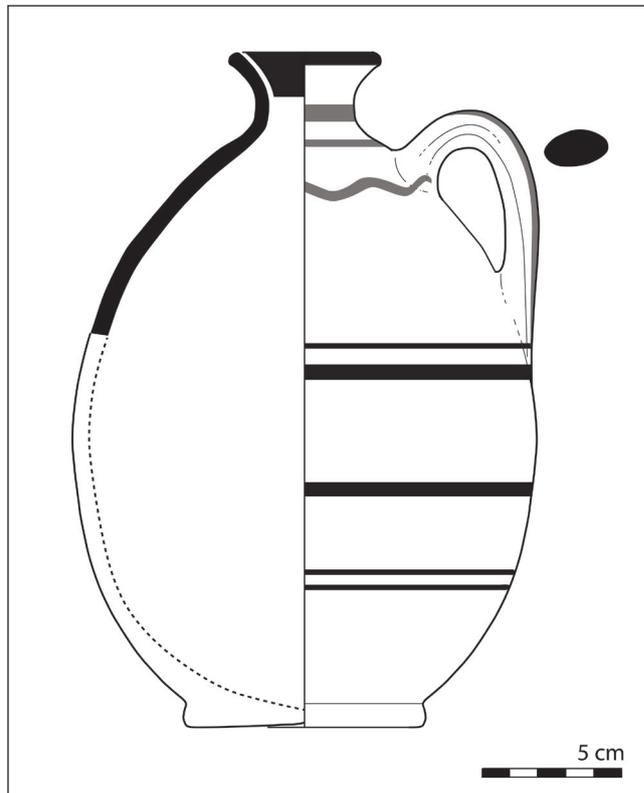


Figura 4. Jarro grego de Santa Olaia. Elaboração própria.

com o vaso de Santa Olaia, para além das semelhanças estilísticas, as problemáticas circunstâncias de achado, nomeadamente o facto de se tratar de uma aquisição antiga de um recipiente inteiro, proveniente de local mal conhecido e sem registo do contexto de recolha associado.

Do mesmo modo, também este permaneceu largos anos despercebido, até despertar a atenção de M. Pellicer na década de 60 (2010: 21). O anforoide andaluz distancia-se, contudo, pela originalidade morfo-decorativa cuja classificação tipológica, há falta de paralelos precisos, se encontra condenada a uma considerável amplitude e indefinição. Neste sentido,

diferentes cronologias (oscilando entre o Bronze Médio/Recente a meados do primeiro milénio a.C.) e procedências lhe foram sendo apontadas. Passando por uma origem jónica, cipriota, fenícia, hispânica, sírio-palestina, sub-micénica e grega proto-geométrica (García Alfonso 2018: 226-227). Das distintas hipóteses avançadas é, porém, a vinculação às produções arcaicas da Grécia Oriental, ou seja, ao mundo jónio e respetivas ramificações (balizadas entre finais de VII e inícios do VI a.C.) a que parece reunir maior consenso (*Ibid*: 229-230), muito embora esta discussão se encontre longe de estar encerrada.

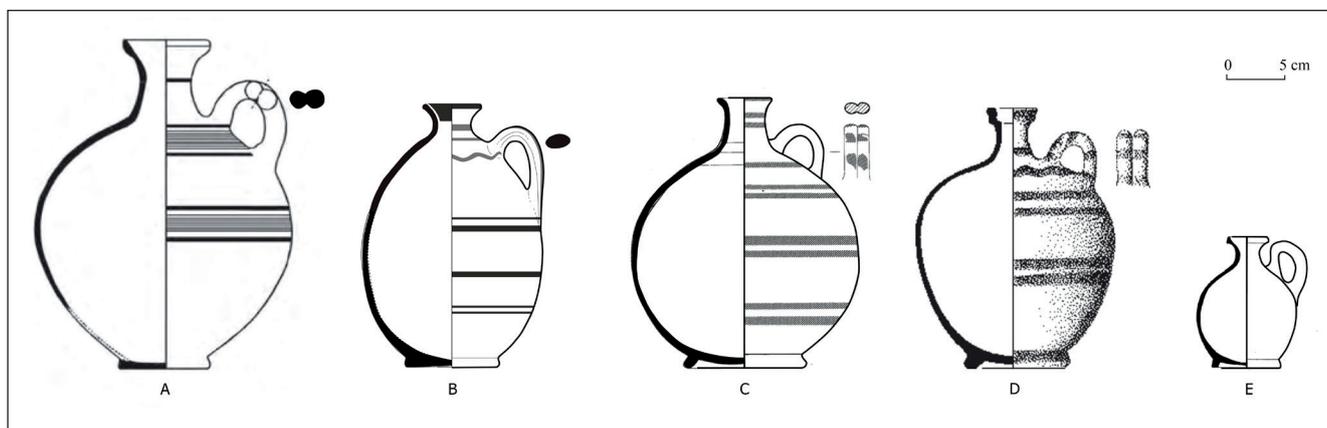


Figura 5. Quadro comparativo de peças citadas. A: Ruweisé (Bagh 2013: fig. 12); B: Santa Olaia; C: Vaso sâmio de Huelva (Fernández Jurado 1990: n.º 136); D: Ulstret (Py 1993: 442); E: Ampurias (Py 1979-80: fig. 24, n.º 110).

Mais próximo em termos formais é o jarro sâmio, recolhido em Huelva, calle Puerto 9 (figura 5 C) e datado da primeira metade do séc. VI a.C. (Dominguez e Sanchez 2001: figura 6-2), mais precisamente entre 590 e 560 a.C. (Cabrera 1988-1989: 59, figura 7, Rufete 2010-2011). A forma apresenta colo cilíndrico, corpo globular, pé anelar e asa geminada assente no ombro. Quanto ao fabrico, é descrita como possuindo pasta rosada com mica dourada e pintura castanho avermelhada (Fernández Jurado 1988-1989).

Da região catalã conhece-se outro recipiente de características morfométricas afins. Trata-se do vaso de Puig de Sant Andreu (Ulastret), datado da segunda metade do séc. VI a.C. O recipiente de corpo subovoide, bordo moldurado, asa geminada fixa no ombro e pé anelar é decorado com bandas negras (figura 5 D). Segundo alguns autores corresponde a uma importação do séc. VI a.C., oriunda da Grécia de Este, de influência oriental, provavelmente ródia (Pellicer 2010: 23, Py 1993: 442). Alternativamente, é-lhe associada uma origem ocidental, com uma cronologia coincidente, dentro da segunda metade do séc. VI a.C. (García Alfonso 2018: 229).

Na mesma região merecem menção a título exemplificativo, dois *lekythos*, de aspeto mais evoluído. Um em cerâmica grega ocidental de produção pseudoática, exumado na necrópole de Bonjoan, possui corpo globular com restos de pintura vermelha (figura 5 E), podendo datar do séc. V a.C. (Almagro 1955(I): 194, figura 65, n.º 4, Py 1979-80: 200, figura 24, n.º 110). O segundo, recolhido na necrópole arcaica de Ampurias, apresenta formato globular, com decoração em verniz negro, de clara influência ática, sendo igualmente reportável ao séc. V a.C. (García Alfonso 2018: figura 8).

Mais a nordeste, na localidade de influência etrusca de Lattes conhece-se um exemplar bastante completo de um modelo de jarro (também designado de *lekythos* arybalístico) de produção greco-ocidental. Esta série de inspiração grega oriental caracteriza-se por colo curto e curvo, bordo esvazado, corpo globular, base com pé anelar e asa pequena, de secção arredondada podendo descarregar no lábio ou colo. A peça chamada à colação, de fabrico massaliota, possui a asa em posição mais descaída (relativamente a exemplares da mesma série), abaixo do colo e ostenta pintura a castanho-escuro, em banda e arco de círculo, correspondendo ao exemplar local mais antigo fabricado em pasta clara massaliota datado do último terço do séc. VI a.C. (Py *et al.* 2001: 742-743, n.º 3932).

Contudo, apesar da comunhão de traços familiares com as referidas peças recuperadas na Península Ibérica e Sul de França, os recipientes que apresentam maior analogia (ao nível da expressão plástica) com o jarro de Santa Olaia remetem-nos para o Mediterrâneo central e oriental.

Aparentemente, esta forma não apresenta expressão no repertório vascular grego arcaico pitecusano-cumano e etrusco contemporâneo (Coldstream 2003: 207-214; Memarti 2013). Ainda assim, é possível perceber alguma afinidade estilística na estrutura decorativa patente nos recipientes pitecusano-cumanos do período tardo geométrico (TG) e protocorínteo antigo (PCA)

(Memarti 2012: 140), embora, nesta área campana, o formato equivalente (G3) apresente asa a arrancar do bordo (Memarti 2012: tab. XX).

Ainda em território itálico, mas desta feita do sudoeste da Toscana, no coração da Etrúria provem um *lekythos*, com um certo lastro de controvérsia que se apresenta como uma versão, a escala reduzida, do exemplar português (figura 6). Resulta de um achado ocasional ocorrido na necrópole de Pitigliano, doado em 1955 e em depósito no Museu Arqueológico e de Arte de Maremma [MAAM] com o n.º 3583. Conserva-se intacto, medindo cerca de 10 cm de altura, 3 cm de diâmetro de bordo e 4,1 cm de base. De corpo ovoide, colo curvo e bordo engrossado, com asa sobre o ombro, assenta em base em disco. A pasta é depurada, de cor camurça. A superfície desgastada, revela faixas horizontais pintadas a castanho no corpo, colo e asa (Ficha de Inventário do MAAM: 2753). Inicialmente identificado por Giovannangelo Camporeale, como um artigo de inspiração jónica produzido em Orvieto em época arcaica, a sua identidade é revista por Cristofani Martelli que o reconhece como uma importação greco-oriental (Martelli 1987: 202). Atualmente figura no inventário do MAAM na categoria de cerâmica etrusca arcaica pintada, datada do último quartel do séc. VI a inícios do séc. V a.C.

Para sustentar a sua argumentação, Martelli invoca como paralelo para a peça italiana um recipiente que



Figura 6. Jarro de Pitigliano. Arquivo fotográfico do Museu Arqueológico e de Arte de Maremma - Grosseto (Itália).

se afigura entre todos o mais conforme ao exemplar português (*Ibid*: fig. 54) a par com dois outros objetos similares recuperados na necrópole ródia de Kamiros (túmulo 3 de Papatislures) e siciliana de Megara Hyblaea (túmulo H) (*Ibid*: nota 125). Trata-se de um artefacto de Vroulia, recolhido aquando da expedição dinamarquesa a Rodes, nos inícios do séc. xx (Kanina e Schierup 2017) e ilustrado por Karl Frederik Kinch no seu *Fouilles de Vroulia (Rhodes)* de 1914 (figura figura 7). A peça é procedente da área de necrópole (túmulo 11), cujo espólio se centra em torno do séc. vii a.C. (*Ibid*: Apêndice II). Sabe-se que a mesma não se encontra entre a coleção doada ao Museu Nacional de Copenhaga, presumindo-se que haja ingressado no Museu Nacional de Istambul, juntamente com a maioria dos achados exumados na expedição dinamarquesa. Através do desenho publicado é possível apreciar o formato do corpo oblongo rematado por colo curto e curvo com bordo extrovertido e asa sobre o ombro. Para além da coincidência do perfil, também a composição decorativa se revela quase idêntica ao vaso português. É explícita a decoração pintada em bandas horizontais no bordo, colo e corpo, desenvolvendo-se na vertical junto à asa e sobre a própria, representando-se na zona do ombro (acima da asa) uma faixa ondulada. Infelizmente não dispomos da descrição morfométrica da peça, mas, independentemente da sua escala de referência, há que reconhecer que do ponto de vista da fisionomia e proporção se afigura de momento como o par congénere do vaso aqui tratado.

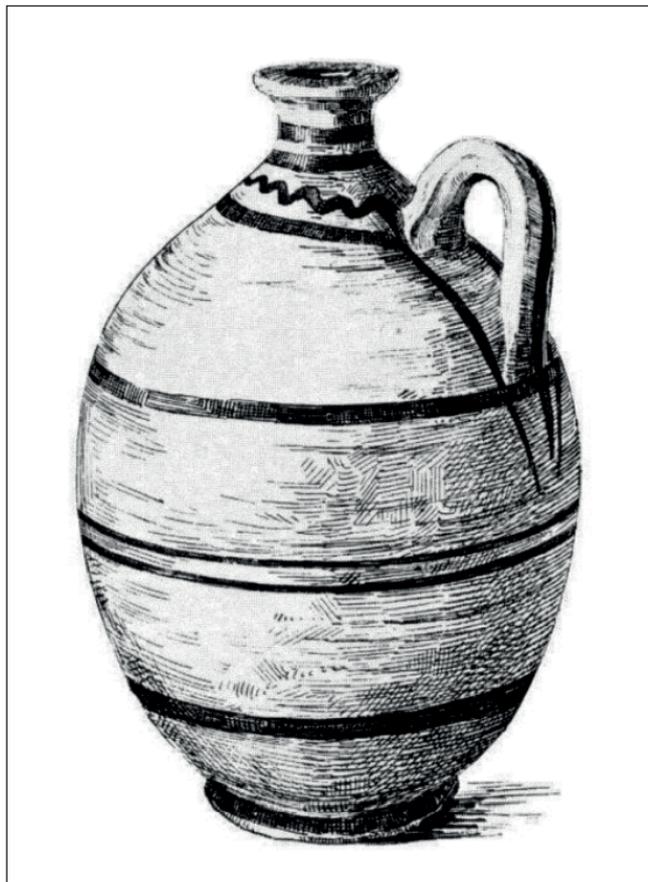


Figura 7. Jarro da sepultura 11 de Vroulia, Rodes (Kinch, em Martelli, 1978: fig. 54).

A nível formal é igualmente possível antever semelhanças remotas num tipo próximo, em termos geográficos e cronológicos — um modelo de *oinochoe* cretense, de cerâmica orientalizante tardia (LO), muito embora este evoque distintivamente o vínculo decorativo cipriota (Brock 1957: 144, Pl 94).

Finalmente, justifica-se uma nota ao que se alista como um paralelo remoto da área levantina. Referimo-nos a um jarro de colo curto de cerâmica pintada levantina recolhido na necrópole libanesa de Ruweisé (túmulo 56), no *hinterland* de Sídón (figura 5 A). Podemos observar dois desenhos diferentes da mesma peça publicados um por M. Pellicer (2010: figura 9-D) segundo Shaefer (1948), outro por Tine Bagh (2013: figuras 12 e 71-F) a partir da publicação original de Guides de 1938 e Tufnell de 1975. É de crer que o desenho mais exato seja o apresentado por Bagh, mais bojudo e nesse sentido mais distante do de Santa Olaia comparativamente ao apresentado por M. Pellicer. De todo o modo há que reconhecer o paralelismo arqueológico. O jarro de 29 cm de altura, corpo globular, base em disco, asa geminada no ombro e bordo esvazado, ostenta faixas pintadas a preto e castanho (originalmente vermelho?) no colo e bojo (*Ibid* 2013: 118) sendo atribuído ao Bronze Médio IIB, entre 1800 e 1650 a.C. (Dever 1992: 39).

Enquadramento crono-cultural

Face ao exposto, ressalta em evidência a excepcionalidade do jarro de Santa Olaia no quadro da baixela sidérica e orientalizante da fachada atlântica. Esta ideia havia já sido, de certa forma, formulada por Teresa Gamito que, embora o considerasse um achado normal em ambientes comerciais fenícios, não deixou de alertar para o facto do mesmo não se encaixar no quadro das cerâmicas tipicamente fenícias (Gamito 2005).

Efetivamente, a conjugação dos respetivos atributos parece remeter para o repertório grego oriental, radicado no Dodecaneso no período arcaico, onde se verifica, precisamente a partir de Rodes, a disseminação do Estilo Geométrico Tardio (LG) da Grécia Oriental (Coldestream 2003: 229). Contudo, tal como sucede aos seus pares, a sua classificação enferma do relativo sucesso e disseminação destes modelos que entroncam numa gramática produtiva revivalista e reiteradamente presente em diferentes épocas e séries ceramológicas. A linearidade e a simplicidade formal e ornamental prestam-se naturalmente bem ao decalque e imitação resultando numa severa dispersão diatópica e temporal de peças que partilham o mesmo “ar familiar”. Se as suas raízes estão patentes na cerâmica vascular sírio-palestiniana do Bronze Médio e Final (2250-1200 a.C.), alguns dos seus traços estão igualmente presentes na baixela micénica (1580-1100 a.C.), submicénica (1100-1050 a.C.), do geométrico cipriota (1050-750 a.C.) e jónica orientalizante e arcaica (séc. vii-vi a.C.), como assinala M. Pellicer (2010: 21). Mas poderemos ainda juntar a este universo as produções gregas ocidentais — etruscas, da Gália mediterrânica e hispânicas, nomeadamente de Huelva (Py 1979-80, Bats 1993, Marttin 1993, González de Canales e Lompart 2017, González de Canales *et al.* 2018).

Se abordarmos o problema da identificação do objeto sob a perspectiva cronológica, a matriz geral da coleção artefactual da estação arqueológica de Santa Olaia convida-nos a inscrever, com maior grau de probabilidade, a peça no período orientalizante (Pereira 1997, Soares e Arruda 2017: 246-247), sendo, de momento, problemático ancorá-la a uma cronologia mais antiga.

No extremo oposto desta linha temporal parece estar afastada a possibilidade de uma datação que ultrapasse o final do séc. VI a.C., devido à própria evolução morfotológica destes recipientes sob o ascendente do repertório ático (Garcia Alfonso 2018: 227).

O reconhecimento do centro ou da esfera de produção da peça não representa um menor desafio. A realização de análises físico-químicas poderá, no futuro, lançar alguma luz a este respeito, mas, entretanto, resta-nos o expediente ao clássico procedimento de análise por comparação dos aspetos tipológicos. No quadro deste exercício, o vaso afasta-se ou aproxima-se dos seus congéneres em virtude da quantidade de atributos coincidentes.

Circunscrevendo a exame as peças que revelam maior afinidade, dentro da mesma configuração geral, importa discernir os traços compartilhados dos desviantes. Assim, o corpo globular, pé anelar, asa geminada e mais subida e ausência do motivo da linha ondulada distanciam o vaso de Huelva do português. Já o exemplar de Ulstret, embora menos bojudo, distingue-se pelo bordo moldurado, bojo ovoide, asa geminada e pé anelar. Quanto ao *lechytos* de Lattes, este evidencia menor dimensão e afasta-se igualmente ao nível do bordo (mais evoluído), do corpo globular, da asa mais subida (a arrancar da base do colo), do pé anelar e da composição decorativa. Por oposição, o artefacto de Ruweisé é consideravelmente maior, mais bojudo, com asa geminada e sem linha ondulada. Restam-nos o exemplar de Pitigliano, parecido, mas mais pequeno e onde não se consegue confirmar a presença de linha ondulada e o exemplar de Vroulia que, apesar do estilo antiquado da representação disponível, parece decalcar todos os atributos visíveis do nosso recipiente. Efetivamente, neste último podemos constatar o mesmo formato esguio, o colo curto e curvo, o bordo simples, a asa descaída e em rolo e a base aparentemente simples. Concomitantemente a aplicação da pintura praticamente reproduz a mesma gramática e composição, com a presença de bandas simples no colo, ombro e bojo, linha dupla no corpo abaixo da asa, linha ondulada no ombro junto à asa e linha vertical sobre a mesma.

Posto isto, na convicção de se tratar de um produto de importação, os elementos evocados apontam no sentido da identificação de uma provável produção grega de Este,² convencionalmente designada de

Jónia, que pela feição arcaica de alguns detalhes formais (corpo esguio, bordo simples, asa simples descaída e base plana) fixamos genericamente entre a segunda metade do séc. VII e a primeira metade do VI a.C. É curioso notar que a produção destas peças parece entroncar na tendência que se observa, na região, desde o séc. VIII a.C., de simultaneamente e em paralelo com o fabrico de exemplares de estilo Geométrico Tardio (LG) se dar a produção de vasilhas de inspiração levantina (Cipriota, do Norte da Síria e Fenícia), tanto na componente formal como no estilo decorativo linear (Coldestream 2003: 233).

O achado no contexto da fachada atlântica e considerações finais

Admitindo a integração do vaso num ambiente produtivo grego arcaico, cabe naturalmente sublinhar a raridade da presença deste tipo de artigos nas regiões ocidentais, sendo particularmente escassos na fachada atlântica portuguesa. No presente momento reduz-se a seis o número de artefactos correspondentes a produções gregas de fase arcaica identificados neste território. De Castro Marim, na costa algarvia, provém um fragmento de *olpe* de figuras negras do séc. VI a.C., integrável no Coríntio Médio (Arruda *et al.* 2020: 22). Da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, no estuário do Sado, procedem duas peças notáveis. Uma taça ática de faixas de tipo C com decoração floral (*floral band-cup*) da primeira metade do séc. V a.C. (Arruda 2007: 135) e uma lucerna de provável produção coríntia datada do primeiro quartel do séc. V a.C. (Gomes 2020). Em Almaraz, na Foz do Tejo, recuperou-se um fragmento de parede de *olpe* ou *oinochóe* e um fragmento de fundo de *aryballos*, ambos do Coríntio Médio, datados da primeira metade do século VI a.C., em torno a 575 a.C. (Cardoso 2004, Arruda 2019). Ainda na Foz do Tejo, mas na margem esquerda, em Lisboa (Rua dos Correiros), foram recuperados dois fragmentos de bordo e parede de uma taça ática do grupo das *vicup* do I quartel do séc. V a.C. (Arruda 2007: 136).

O laconismo desta enumeração traduz a raridade da ocorrência deste material em Portugal, onde só muito recentemente, já na centúria corrente, veio a ser identificado. Para além disso, encontravam-se apenas representadas produções coríntias (incluindo do Coríntio Médio) e áticas (já do séc. V a.C.).

A adstrição do jarro mondeguido às produções helénicas orientais, ou de inspiração grega oriental amplia assim o número de indivíduos portugueses conhecidos (para sete), o elenco do repertório e atesta um novo círculo produtivo dentro da cerâmica grega deste período.³

2. Não será de descartar igualmente uma possível origem cipriota, em grande medida conexas em termos geográficos e culturais. A este respeito refira-se a ocorrência de cerâmica cipriota da mesma época na necrópole de Vroulia (Kanina e Schierup 2017: Apêndice II). Por outro lado, há que reconhecer semelhanças a nível dos motivos decorativos, cor da pintura e aspeto superficial em peças dessa proveniência embora morfologicamente discrepantes como o jarro barriloide do Museu

Nacional de Arqueologia datado de 600 a.C. (Pereira 2007: 109, n.º 39).

3. A presença de cerâmica grega já antes havia sido identificada em Santa Olaia, mas desta feita um fragmento mais recente, ático de figuras vermelhas (400-350 a.C.) que pouco tem a ver, sob o ponto de vista da dimensão cronológica, económica e cultural com o que agora se publica (Arruda 2006, n.º 102).

Face ao seu enquadramento crono-cultural há que associar esta ocorrência, do mesmo modo que as mencionadas cerâmicas do Coríntio Médio, à atividade mercantil dominada pelos agentes fenícios no âmbito dos estabelecimentos e entrepostos ocidentais de época orientalizante, em linha com o que fora sugerido por Teresa Gamito (2005).

Ora, o tópico das rotas comerciais estabelecidas pelos fenícios na costa atlântica tem sido sujeito a várias ópticas, muito embora ainda não se imponha um modelo explicativo que contemple satisfatoriamente todas as motivações e contornos subjacentes a este fenómeno. Possivelmente uma realidade como a expansão fenícia no ocidente, que se processa ao longo de uma vasta extensão temporal e espacial, que se pressupõe múltipla, dinâmica e complexa, dificilmente poderá ser acomodada numa visão unívoca. Contudo, as motivações tradicionalmente invocadas deverão ter assumido de forma conjugada e filtrada pelas circunstâncias concretas de cada caso, um papel determinante na criação e fomentação destes circuitos ultramarinos. Desde logo a tónica incide na demanda de metais, imposta pela sujeição tributária ao império Assírio (Frankenstein 1997) ou relacionada com a actividade mercantil gaditana (Aubert 1994: 251-560), a que se juntam a busca de terras cultiváveis (Alvar e Wagner 1988), a exploração de madeira (Treumann 2009), de recursos marinhos (Trakadas 2005: 47-49; Fernández Nieto 1999: 34-36) ou actividades artesanais (Fernández Nieto 1999: 37-39).

No caso de Santa Olaia a perspectiva normalmente adoptada privilegia as condições ligadas ao acesso aos recursos metalúrgicos (estanho) do interior do território português (Pereira 1997: 230). Outros factores certamente terão contribuído para alimentar os circuitos de trocas e transações com este estabelecimento, contudo a sua discussão extravasa o âmbito deste artigo e pouco contribuiria, à partida, para iluminar a questão em concreto do surgimento da peça tratada.

Resulta, portanto, consensual que neste período as escassas importações gregas que chegam aos territórios mais ocidentais se integram no fluxo do comércio fenício que envolve, outrossim, a participação de múltiplos agentes e parceiros económicos dentre os quais naturalmente elementos de origem grega (Cabrera 2003: 61, Morais *et al.* 2017). Para mais, a respeito da provável origem grega oriental, apesar do eco literário das expedições focenses e sâmiãs ao ocidente (Heródoto 4. 152), contrariamente ao que sucedeu com coríntios e eubeus, os jónios não se revelam particularmente empreendedores em matéria de navegação e comércio de longa distância (Coldestream 2003: 229) — aspecto que reforça definitivamente a associação da peça à navegação de iniciativa fenícia. No entanto e como já foi notado os vasos gregos não constam dos pertences que os fenícios habitualmente levam consigo nas suas viagens (Domínguez Monedero 2014: 422). Neste cenário a incorporação de tripulação de diferentes origens no quadro das expedições fenícias torna ainda assim possível a sua associação a um elemento oriundo destas paragens. Aliás, um achado desta natureza, singular no quadro

da demais cerâmica, deverá mais facilmente decorrer da aleatória mobilidade de objectos raros, associada a um indivíduo, mais do que a uma corrente comercial directamente dimanada da Grécia de Este.

Refira-se ainda a propósito que a cultura material de Santa Olaia apresenta uma matriz eminentemente fenícia e que a cerâmica da estação engloba um grupo potencialmente contemporâneo do vaso grego. Neste inclui-se cerâmica de engobe vermelho (pratos, taças e queima-perfumes), cerâmica cinzenta fina, ânforas (T.10.2.2.0), urnas tipo Cruz del Negro, *pthoi* e diversos vasos pintados — produções que se inscrevem nos séc. VII e VI a.C. (Arruda 1999-2000: 231-235).

Para melhor enquadrar e colocar em perspetiva o achado mondeguinto, será conveniente confrontá-lo no quadro das importações gregas conhecidas do Sul peninsular pelas respectivas afinidades culturais. Neste território meridional, os artigos gregos a partir de meados do séc. VII a.C. integram-se num sistema comercial diferente das importações gregas do séc. VIII a.C., conforme diversos investigadores têm defendido (v.g. Cabrera 1995: 389) e já sem qualquer conexão com os achados remotos referenciados na zona de Málaga (Arancibia Román *et al.* 2011) e Huelva (González Canales *et al.* 2004, 2006 e 2008). Anuncia-se então, a partir de meados do séc. VII a.C., no quadro dos produtos de procedência helénica a irrupção de cerâmica da Grécia de Este (ânforas e posteriormente baixela fina), sobretudo da Jónia do Norte e de Samos (Cabrera 2003: 74). Será no seguimento deste período, entre os finais do séc. VII e meados do VI a.C., que se deverá inscrever o jarro de Santa Olaia, no que se considera uma nova etapa nas importações gregas, marcada pelo claro predomínio das cerâmicas gregas de Este, face a outros focos de produção como o coríntio, ático ou lacónio.

Assinala-se igualmente nesta fase de crescimento do volume de cerâmicas gregas a coexistência de um pacote de importações que engloba produtos de distinto valor. Neste sentido é registado inclusive um acréscimo em massa de produções de menor qualidade, de índole quase comum, face aos produtos de qualidade superior, profusamente decorados e de carácter verdadeiramente de luxo no que se entende como um fenómeno de standardização produtiva (Cabrera 1988: 62; 1995: 390, Rufete 2010: 11). Ora, contrariamente aos fragmentos coríntios identificados em Castro Marim e Almaraz, o jarro de Santa Olaia insere-se naquele primeiro segmento produtivo. Ou seja, trata-se de uma peça que deverá ter sido valorizada pelo seu conteúdo. Desafortunadamente não é certa a identificação do líquido que encerrava, nem se esta forma se associaria de modo estrito a um conteúdo específico. Assim, poderemos estar perante cenários operacionais tão diferentes como o serviço de vinho no âmbito do *syposium* (do género de *olpe*), a sua conservação e transporte, ou o uso como reservatório de azeite para ungir no contexto de uma utilização religiosa ou funerária (do género de *lektyos*).

Lamentavelmente o desconhecimento da sua procedência exata não permite fornecer pistas adicionais quanto ao respetivo ambiente funcional de referência. Tradicionalmente conotadas com produtos de luxo, veiculados através dos sistemas de intercâmbio de

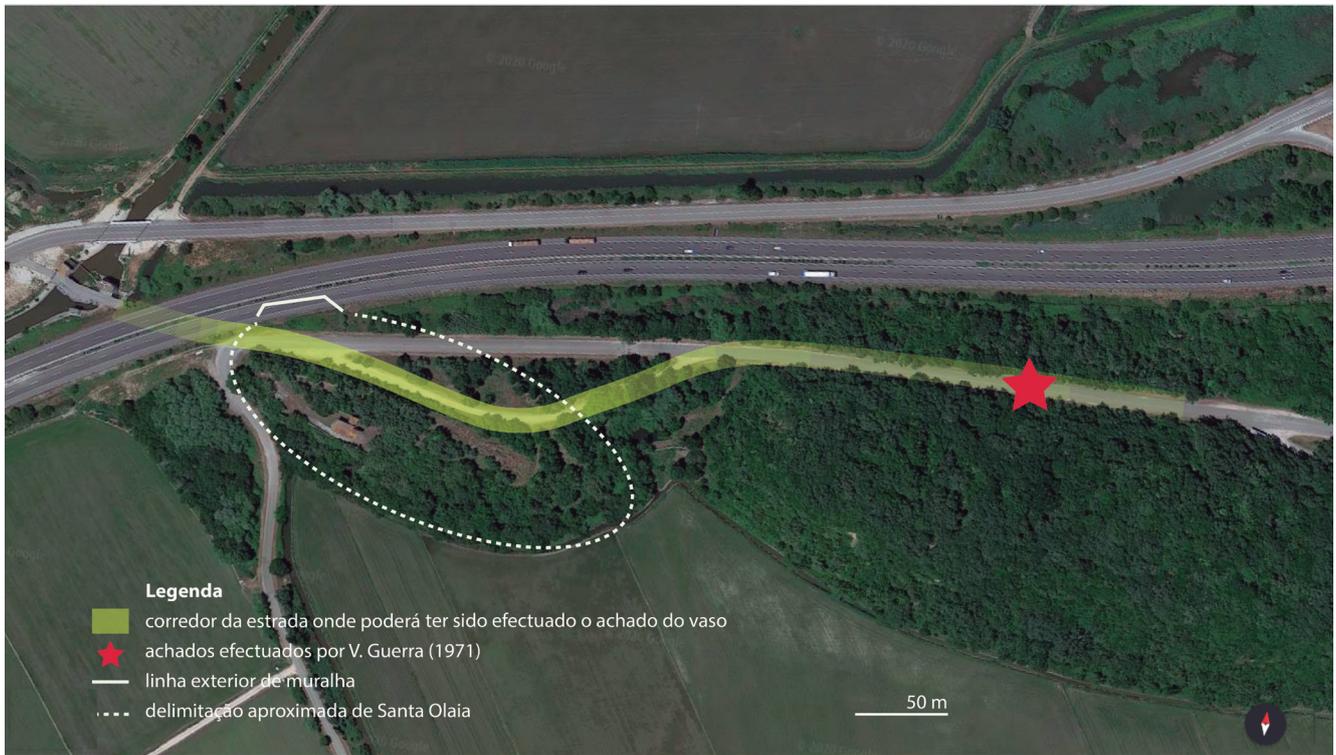


Figura 8. Localização da área provável de achado do jarro de Santa Olaia (base: *Google Earth*).

oferendas às elites locais (no âmbito da *xenia* e da *philia*) ou até para satisfação da demanda de oligarquias mercantis, no território tartéssico, estes materiais registam-se em contextos de habitat (incluindo áreas de cariz comercial), em ambientes sepulcrais sumptuosos (Cabrera 1995: 393) e em locais de culto (García Alfonso 2018).

No caso presente a parca informação disponível permite equacionar que a peça foi exumada no sopé norte do outeiro de Santa Olaia ou inclusive até já na base do monte vizinho do Ferrestelo, inscrevendo-se, portanto, no limite ou na área de influência direta do povoado (figura 8). Note-se que um século mais tarde, em 1969, será assinalado por Vítor Guerra, diretor do Museu Municipal Santos Rocha (de 1938 a 1977) o achado de “grande quantidade de fragmentos cerâmicos” proto-históricos na vertente, *i.e.*, do lado norte, do Ferrestelo aquando das obras de desvio da estrada (Guerra 1971: 305-306), o que credibiliza a ideia de que a área de ocupação do sítio de Santa Olaia parece ter sido ainda mais vasta. Ou, dito de outro modo, a inteligibilidade plena dessa ocupação implica um conhecimento mais consistente sobre o que se passou no Monte do Ferrestelo. E está visto que essas ocupações atingiram o sopé das duas elevações. Aquela imprecisão topográfica deixa, contudo, margem para se ponderar qualquer uma das hipóteses em aberto, *i.e.*, a sua aparição dentro do perímetro muralhado, nas proximidades da área artesanal escavada na vertente norte ribeirinha (Pereira 2009, Almeida *et al.* 2021); ou o seu vínculo a um eventual espaço de cariz funerário, sagrado ou religioso desconhecido e situado nas imediações

do povoado. Alguns dados evidenciados no âmbito do corrente estudo do sítio,⁴ permitem colocar a hipótese de um espaço sagrado no alto do povoado — espaço este não necessariamente exclusivo nem, tão pouco, impeditivo da ocorrência de outros locais de culto no perímetro ou nas imediações do povoado. Seja como for, a preservação quase intacta do vaso aponta para um tipo de contexto especial, para uma deposição intencional numa zona também particular; liminar, entre a terra firme do promontório, o areal norte (Wachsmann *et al.* 2009: 229, 231) e as águas do paleoestuário do Mondego. Aliás, uma eventual incorporação da peça neste local associada à prática de *xenia* e da *philia*, da troca de ofertas, forjadoras de laços entre diferentes elementos de um dado contexto social (Domínguez 1994) poderia facilmente ter como desfecho a sua posterior amortização num contexto de âmbito votivo. Âmbito este que melhor explicaria a insólita integridade do recipiente e a sua singularidade entre o riquíssimo acervo cerâmico de Santa Olaia.

Este manto de incertezas que dificilmente se dissipará, não fere, contudo, o interesse arqueológico da peça. Esta, no seu ineditismo desafia-nos e convida o desfiar de leituras e planos de interpretação no quadro da ocupação orientalizante da I Idade do Ferro do Centro litoral português, alistando-se a outros materiais que evocam a conexão umbilical de Santa Olaia, nestas paragens limítrofes, ao eixo

4. No quadro do projeto investigação de doutoramento de uma das autoras (SA).

dimanado do Mediterrâneo oriental no decurso dos sécs. VII e VI a.C.

Agradecimentos

Gostaríamos de deixar nota de agradecimento à direção do MAC pela autorização do estudo da peça, concedida no âmbito do trabalho de preparação da tese de doutoramento de uma das autoras (SA). Agradecemos a García Alfonso a disponibilização do artigo de referência que acabou por dar impulso a este trabalho. Expressamos o nosso reconhecimento a Chiara Valdambrini e Cristina Barsottido do MAAM e a Stine Schierup, curadora da coleção de culturas antigas do Museu Nacional da Dinamarca a informação transmitida. Somos igualmente gratas a Ana Margarida Arruda pela leitura atenta da versão inicial deste texto, bem como aos revisores que ajudaram a melhorá-lo.

O presente artigo foi redigido no âmbito do Projeto de Doutoramento “Dinâmicas culturais na área de Influência do Mondego durante o I milénio a.C.” financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal) através da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/129227/2017 e orientado por Raquel Vilaça.

Sara Almeida

CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Doutoranda na Univ Coimbra. Rua de Sub-Ripas, 3000-395 Coimbra. Portugal.
sara_almeida11@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9158-7665>

Raquel Vilaça

Univ Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Arqueologia, CEAACP
Rua de Sub-Ripas, 3000-395 Coimbra. Portugal.
rvilaca@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0019-7256>

Ana Margarida Ferreira

Museu Municipal Santos Rocha, Divisão de Cultura, Município da Figueira da Foz.
Rua Calouste Gulbenkian, 33, 3080-084 Figueira da Foz.
ana.ferreira@cm-figfoz.pt

Data de recepció: 27/01/2021
data d'acceptació: 11/05/2021

Bibliografia

- ALMEIDA, S. e VILAÇA, R. (2020). Santa Olaia — a centre of phoenician influence in River Mondego (Portugal). Assessment and expectations. Em Celestino Perez, S., Rodriguez Gonzalez, E. (Eds.). *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo. Actas del IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos* (Mérida, 2018). *Mytra* 5: 1495-1504. Mérida.
- ALMEIDA, S., PRUDÊNCIO M. I., MARQUES, R., DIAS, M. I., RUSSO D. (2021). Os Cacos. Sempre os Cacos... Notas sobre a produção de cerâmica em Santa Olaia na Idade do Ferro Em A. M. Ferreira e R. Vilaça (Coord.) *Santos Rocha, Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz* (Livro do Colóquio, Figueira da Foz, 2019). *Conimbriga*. Anexos 7: 162-175.
- ALMAGRO BASCH, M. (1955). *Las Necrópolis de Ampurias*, vol. I. Barcelona.
- ALVAR J., WAGNER, C. G. (1988). La actividad agrícola en la economía fenicia de la Península Ibérica. *Gerión*, 6: 169-186.
- ARANCIBIA ROMÁN, A., GALINDO SAN JOSÉ, L., JUZGADO NAVARRO, M., DUMAS PEÑUELAS, M., SÁNCHEZ-MORENO, V. M. S. (2011). Aportaciones de las últimas intervenciones a la arqueología fenicia de la Bahía de Málaga. Em M. Álvarez Martí-Aguilar (ed.) *Fenicios en Tartesos: nuevas perspectivas*. BAR International Series 2245: 129-137. Archaeopress. Oxford.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000). *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, n.º 5-6. Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2006). Cerâmicas gregas encontradas em Portugal. Em *Vasos Gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: 135-149.
- ARRUDA, A. M. (2019). A cerâmica grega arcaica do território actualmente português. *Archivo Español de Arqueología*. 92: 19-25.
- ARRUDA, A. M., FERREIRA, D., SOUSA, E. (2020). *A cerâmica grega do Castelo de Castro Marim*. Estudos e Memórias 13. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- AUBET, M. E. (1994). *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Ed. ampliada. Crítica/Arqueología. Barcelona.
- BAGH, T. (2013). *Tell el-Dabca XXIII Levantine painted ware from Egypt and the Levant*. Austrian Academy of Sciences Press.
- BATS, M. (1993). Céramique à pâte claire massaliète et de tradition massaliète. *Dictionnaire des Céramiques Antiques (VIII av.n.e – VIII de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan), Lattara*, 6: 206-221.
- BROCK, J. K. (1957). *Fortetsa. Early greek tombs near Knossos*. University Press. Cambridge.
- Cabrera, P. (1988-89). El comercio foceo en Huelva: cronología y fisionomía. *Tartessos y Huelva*, en *Huelva Arqueológica*, 10-11, vol. 3: 41-100.
- CABRERA, P. (1995). Cerámicas griegas en Tartessos: su significado en la costa meridional de la Península Ibérica desde Málaga a Huelva. Em *Tartessos 25 años después 1963-1993. Actas del Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular* (Cádiz, 1993). Ayuntamiento de Jerez de la Frontera: 287-399. Jerez de la Frontera.
- CABRERA, P. (2003). Cerámicas griegas y comercio fenicio en el Mediterráneo occidental. Em B. Costa, B. e H. Fernández (eds.), *Contactos en el extremo de la "Oikouménē": los griegos en occidente y sus relaciones con los fenicios: XVII Jornadas de Arqueología Fenicio-púnica* (Ibiza 2002). Treballs del Museu Arqueològic d'Eivissa i Formentera 51: 61-86. Govern de les Illes Balears, Conselleria d'Educació i Cultura. Ibiza.
- CABRERA, P. e SANTOS, M. (2001) (eds.). *Ceràmiques jònies d'època arcaica: centres de producció i comercialització al Mediterrani occidental*. Museu d'Arqueologia de Catalunya. Barcelona.
- CARDOSO, J. L. (2004). *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras.
- CARVALHEIRA, R. (1914). Um feixe de saudades. Esboço de elogio histórico dos falecidos sócios Valentim José Correia, Conde de S. Januário, Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira. Comemorações do 50.º aniversário da fundação da Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses", *Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses* (5.ª série), tomo XIII, n.º 3: 91-113.
- Catálogo do Museu da Real Associação dos Architectos Cívics e Archeólogos Portugueses* (1892): Typographia Universal. Lisboa.
- COLDSTREAM, J. N. (2003). *Geometric Greece*. 2ª ed. Routledge. London.
- COLDSTREAM, J. N. (2008). *Greek Geometric pottery. A survey of ten local styles and their chronology*. Bristol Phoenix Press. Exeter.
- CUSTÓDIO, J. (2013). Tempos de Esperança. A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a 1.ª República (1910-1926): continuidades e mudanças. *150 Anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, em *Arqueologia & História*, 64-65 (2012-2013): 45-80.

- DEVER, W. G. (1992). The Chronology of Syria-Palestine in the Second Millennium B.C. Em *Ägypten und Levante / Egypt and the Levant*, vol. 3: 39-51. Austrian Academy of Sciences Press.
- DOMÍNGUEZ, A. J. (1994). Los griegos de occidente y sus diferentes modos de contacto con las poblaciones indígenas: los contactos en los momentos precoloniales (previos a la fundación de las colonias, o en ausencia de las mismas. *Huelva Arqueológica*, 13: 19-48.
- DOMÍNGUEZ, A. J. e SÁNCHEZ, C. (2001). *Greek Pottery from the Iberian Peninsula: Archaic and Classical Periods*. Brill. Leiden, Boston.
- DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. J. (2014). Fenicios y griegos en el Mediterráneo occidental en el s. VIII a.C. Em Arruda, A. M. (ed.) *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, I. Estudos e Memórias 5: 418-427. Lisboa
- EXPOSIÇÃO (1869). *Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia: promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra sob a presidência de Olympio Nicolau Ruy Fernandes*. Imprensa da Universidade. Coimbra.
- FARIA, A. M. (1937). Protectores, Presidentes Honorários e Efectivos. Lauréis concedidos pela Associação – Sócios. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Comemorativo do 75.º Aniversário da Fundação da Associação*, 5: 37-87. Lisboa.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1990). *Tartesos y Huelva*, Diputación Provincial de Huelva.
- FERNÁNDEZ NIETO, F. J. (1999). Economía de la colonización fenicia y griega en la Península Ibérica. *Studia historica. Historia antigua* (Ejemplar dedicado a: Estudios de Economía Antigua en la Península Ibérica. Nuevas aportaciones), 17: 25-58.
- Ficha de inventário do Museu Arqueológico e de Arte da Maremma, n.º 2753. Compilada por M. F. Colmayer a 01/02/1998.
- FRANKENSTEIN, S. (1997). *Arqueología del colonialismo — El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona, Crítica.
- GAMITO, T. (2005). Anforeta de tipo fenicio. Em Arnaud, J. M., Fernandes, C. V. (Coord.) *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses: 138-139.
- GARCÍA ALFONSO, E. (2018). El vaso anforoide de Coria del Río y los materiales griegos arcaicos de la antigua desembocadura del Guadalquivir. Em *CAURA Arqueología en el estuario del Guadalquivir*. SPAL Monografías, 26: 223-240. Sevilla.
- GOMES, F. (2020). Uma lucerna grega arcaica da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *SPAL*. 29(1): 79-91. DOI: <<http://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.03>>.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F., SERRANO PICHARDO, L., LLOMPART GÓMEZ, J. (2004). *El emporio Fenicio Precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*. Madrid.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F., SERRANO PICHARDO, L., LLOMPART GÓMEZ, J. (2006). The Pre-colonial Phoenician Emporium of Huelva (ca. 900-770 a.C.). *Bulletin Antieke Beshaving* 81:13-29.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F., SERRANO PICHARDO, L., LLOMPART GÓMEZ, J. (2008). The emporium of Huelva and Phoenician chronology: present and future possibilities. Em *Beyond the Homeland*. Ancient Near East Studies Supplement, 28: 631-655. Lovaina.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F. e LLOMPART, J. (2017). Producción de cerámicas griegas arcaicas en Huelva. *Archivo Español de Arqueología*, 90: 125-145. DOI: <<http://doi.org/10.3989/aespa.090.017.006>>.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F., DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. J., LLOMPART, J., MONTAÑO JUSTO, A. (2018). Un grupo nuevo de cerámica arcaica Griega (“Grupo H”) fabricado en Tartesos (Huelva, España)”. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid (CuPAUAM)*, 44: 133-143.
- GUERRA, A. V. (1971). O outeiro de Santa Olaia e a arqueologia portuguesa (II). *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra, Junta Nacional da Educação: 305-306.
- MARTELLI, M. (1978). La ceramica greco-orientale in Etruria. *Les céramiques de la Grèce de L’Est et leur diffusion en Occident*. Nouvelle édition [en ligne]. Naples : Publications du Centre Jean Bérard, 1978 (généré le 08 septembre 2020): Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/pcjb/1530>>. pp. 178-261.
- MARTIN, A. (1993). Céramique à pâte claire de l’atelier d’Ullastret. *Dictionnaire des Céramiques Antiques (viii av.n. e – viii de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, *Lattara*, 6: 247.
- MARTINS, A. C. (2003). *Possidónio da Silva 1806-1896 e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Arqueologia & História. Monografias. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MERMATI, F. (2012). *Cuma: le ceramiche arcaiche. La produzione pithecusano-cumana tra la metà dell’VIII e l’inizio del VI sec. a.C.* Studi Cumani 3. Naus. Nápoles.
- MERMATI, F. (2013). The Mediterranean distribution of Pithekoussan-Cumaeian pottery in the Archaic period. Em Withehouse, R. e Wilkins, J. B. (eds.) *Accordia Research Papers* 12: 67-118. Londres.
- MORAIS, R., ARRUDA, A. M., FERREIRA, D., SOUSA, E. (2017). Uma simbiose perfeita: gregos e fenícios nas Hespérides Ocidentais Atlânticas. Em *Homenaje a Glòria Trias Rubiés: Cerámicas griegas de la Península Ibérica: cincuenta años después (1967-2017)*. Girona: 254-262.

- OLIVEIRA, I. B. M. (2003). *Adolfo Ferreira de Loureiro – 1836-1891. Nota Biográfica*. AIPCN. Lisboa.
- PELLICER CATALLÁN, M. (2010): El anforoide oriental de Coria del Río (Sevilla). *Temas de Estética y Arte*. 24: 17-38.
- PEREIRA, I. (1997). Santa Olaia et le commerce atlantique. Em Étienne, R. e Mayet, F. (eds.) *Itinéraires Lusitaniens*. Paris, E. de Boccard: 209-254.
- PEREIRA, I. (2009): As actividades metalúrgicas na I e II Idade do Ferro em Santa Olaia – Figueira da Foz. *Conimbriga* 48: 61-79.
- PEREIRA, M. H. R. [Coord.] (2007) *Vasos Gregos em Portugal – Aquém das colunas de Hércules*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.
- PY, M. (1979-80). Ensayo de clasificación de un estilo de cerámica de Occidente: los vasos pseudojonios pintados. *Ampurias*, 41-42: 155-202.
- PY, M. (1993). Céramique grecque orientale. *Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII^s av.n.e – VII^s de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, Lattara, 6: 435-444.
- PY, M., ADROHER AUROUX, A. M., SANCHEZ, C. (2001). *Corpus des céramiques de l'Âge du Fer de Lattes (fouilles 1963-1999)*. Lattara, 14, tomo 2. Lattes.
- KANINA, E. e SCHIERUP, S. (2017). Vroulia Revisited. From K.F. Kinch's excavations in the early 20th century to the present archaeological site. *Proceedings of the Danish Institute at Athens*, 8: 89-129.
- Relação (1847). *Relação e Índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra e Lyceu. Anno lectivo de 1847 para 1848*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ROCHA, A. S. (1971). *Memórias e Explorações Arqueológicas: Estações Pré-Romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Vol. 2. 2^a ed. Coimbra.
- ROUILLARD, P. (1978). Les céramiques peintes de la Grèce de l'Est et leurs imitations dans la péninsule Ibérique : recherches préliminaires. *Les céramiques de la Grèce de l'Est et leur diffusion en Occident*. Nouvelle édition [en ligne]. Naples. Publications du Centre Jean Bérard, 1978 (généré le 08 septembre 2020) : Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/pjcb/1530>>, pp. 324-337.
- ROUILLARD, P. (1991). *Les Grecs et la Péninsule Ibérique : du VIII^e au IV^e siècle avant Jésus-Christ*. Diffusion du Boccard. Paris.
- RUFETE, P. (2010-11). Cerámicas de la Grécia del Este. Em M. D. López de la Orden e García Alfonso (eds.), *Cádiz y Huelva, puertos fenicios del Atlántico*. Madrid: 178-179.
- SILVA, J. M. M. (2009). *A Marinha de guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851) - Adaptação a uma Nova Realidade*. Dissertação de Mestrado em história marítima na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. <<https://core.ac.uk/download/pdf/12422036.pdf>> (consultado em 02/12/20).
- SOARES, A. M., ARRUDA, A. M. (2017). A cronologia de radiocarbono para a Idade do Ferro Orientalizante no território português. Uma leitura crítica dos dados arqueométricos e arqueológicos. Em Juan A. Barceló; Igor Bogdanovic; Berta Morell (eds.) *IberCrono 2016 Cronometrías Para la Historia de la Península Ibérica*: 235-259.
- TRAKADAS, A. (2005). The archaeological evidence for fish processing in the Mediterranean. Em T. Bekker-Nielsen (ed.) *Ancient Fishing and Fish Processing in the Black Sea region*. Aarhus, Aarhus University Press: 47-82.
- TREUMANN, B. (2009). Lumbermen and shipwrights: Phoenicians on the Mediterranean coast of southern Spain. Em M. Dietler e C. López-Ruiz (eds.) *Colonial Encounters in ancient Iberia: Phoenician, Greek and Indigenous Relations*. Chicago/Londres. University of Chicago Press: 169-190.
- VILAÇA, R. (2020). O ocidente peninsular de há 3000 anos num cruzamento de escalas. Itinerários das coisas e das pessoas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 27: 281-316.
- WACHSMANN, S., DUNN, R. K., HALE, J. R., HOHLFELDER, R. L., CONYERS, L. B., ERNENWEIN, E. G., SHEETS, P., BLOT, M. L. P., CASTRO, F., DAVIS, D. (2009). Paleo-environmental contexts of phoenician anchorages, Portugal. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 38 (2): 221-253.